

C.R. Almeida defende lavra em Rondônia

por Valério Fabris de Curitiba

Marco Antônio Cassou, diretor da C.R. Almeida Mineração S.A., sediada em Curitiba, negou, ontem, em entrevista a este jornal, que tenham ocorrido nove mortes em razão do conflito resultante da invasão da área de pesquisa de ouro aluvionar, na área do rio Madeira, em Rondônia, fronteira com a Bolívia. Ele informou que cerca de 5 mil garimpeiros, que exploram ouro através de balsas, ocuparam a área requerida pela Geopala.

Relatou que a C.R. Almeida vem, há três anos, realizando pesquisas em uma área de 7.844 hectares, ao longo do rio Madeira, que está sob alvará da Geopala, uma empresa controlada por Ribeiro Balder. A companhia paranaense, como descreveu Cassou, fez um contrato de arrendamento da área com vistas a definir a viabilidade do projeto. Trata-se, segundo o diretor da C.R. Almeida, de um modelo contratual semelhante aos contratos de risco na área petrolífera.

Se constatada a viabilidade econômica, a Geopala transferiria o direito de lavra para a C.R. Almeida, recebendo em troca 2% da produção bruta de ouro. Com essa descrição, Cassou reiterou o argumento de que as pesquisas realizadas pela C.R. Almeida estão em estrita observância das normas do Ministério das Minas e Energia (MME). Ele disse que a C.R. Almeida está negociando com Ribeiro Balder a compra da Geopala. Mesmo que a Geopala venha a ser transferida para um outro grupo, de acordo com a explanação de Cassou, o contrato de arrendamento firmado com a C.R.

Almeida tem de ser mantido.

A questão envolvendo a invasão da área arrendada pela empresa mineradora é, assim, no entender de Cassou, meramente policial. Ele contou que há cerca de um mês, aproximadamente trinta balsas entraram na área. A 100 quilômetros de distância da área que vem sendo pesquisada pela C.R. Almeida, existe uma reserva de garimpo com cerca de 15 mil pessoas. Cassou alega que políticos da região, atendendo a pressões de garimpeiros e comerciantes de ouro, têm levantado a bandeira de completa liberação das áreas de garimpo.

Ele remontou que, nesse ambiente, a C.R. Almeida vinha sofrendo múltiplas acusações, até mesmo de graves conflitos envolvendo morte de garimpeiros. Cassou nega, veementemente, procedência a esses rumores. Ainda como relatou Cassou, assediado por essas denúncias o juiz em exercício interino do cargo de Guajará Mirim, Irineu de Oliveira, comandou uma operação policial, entrando na área da C.R. Almeida, que estava sob proteção da Polícia Militar. "A Polícia Militar estava no acampamento da C.R. Almeida acompanhando a retirada dos garimpeiros para dar proteção física ao nosso pessoal", acrescentou Cassou.

O diretor da C.R. Almeida disse que, no dia seguinte, o juiz Irineu de Oliveira entrou de férias. Em seu lugar, regressou o Luiz titular, Suleiman Miguel, que concedeu a liminar de reintegração de posse à C.R. Almeida, como expôs o diretor da companhia paranaense. Cassou descreveu que, em face da intervenção do juiz Irineu de Oliveira, se criou a imagem de

que a área da C.R. Almeida estava liberada, ensejando o aumento da invasão, que hoje estaria representada por algo em torno de quatrocentas a quinhentas balsas. A despeito da reintegração de posse conferida pelo juiz Suleiman Miguel, o presidente do Tribunal de Justiça ordenou a suspensão da retirada dos garimpeiros da área.

Cassou soube, ontem, que o prefeito de Guajará Mirim, Isac Benesbv, ingressou com um pedido para cassar a liminar de reintegração de posse. Na hipótese de ser deferido o pedido, a C.R. Almeida teria de entrar com um recurso. Cassou externou sua perplexidade por ver frustradas todas as tentativas de fazer o que entende ser o direito de a C.R. Almeida pesquisar normalmente a área que arrendou. Afirmou que já empreendeu gestões junto ao MME, que, por sua vez, remeteu a questão para o Ministério da Justiça.

O governador de Rondônia, Angelo Angelim, teria declarado o juiz Suleiman Miguel incompetente para decidir sobre a questão. Cassou sublinhou que, nesse episódio, estão em jogo os US\$ 3 milhões que a C.R. Almeida investiu no projeto, que deve ser o maior do País em mineração de ouro aluvionar. Até julho de 1986, quando seria iniciada a lavra, a companhia paranaense programava investir US\$ 11 milhões. As reservas estão, hoje, dimensionadas em 6 toneladas de ouro. A perspectiva, como informou Cassou, é de se extrair uma tonelada de ouro por ano. A direção da C.R. Almeida chegou a encomendar, da Ellicott, dos Estados Unidos, uma grande draga, sem similar nacional, do tipo roda de camba ("bucket wheel"), com prazo de entrega de oito meses.

Vizinha à área da Geopala, arrendada pela C.R. Almeida, está a mineração da Paranapanema. Cassou diz que a Paranapanema igualmente tem sido, ainda que em menor intensidade, invadida. O diretor da C.R. Almeida disse que um fiscal da Paranapanema foi mortalmente baleado no início das invasões. Ele informou que comumente há muitos registros de morte nas áreas exploradas pelos garimpeiros, como consequência de afogamentos, conflitos ou doenças. Cassou afirmou ter recebido a garantia do governador de Rondônia de que o problema da invasão seria resolvido. O diretor da C.R. Almeida anotou a declaração do governador Angelo Angelim de que os garimpeiros têm de ficar em suas reservas, deixando as empresas mineradoras com as áreas a que têm direito.